

O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL E NO MUNDO: IMPOSIÇÃO, CARIDADE OU ESCOLHA?

Felipe de Oliveira Miguel¹

Resumo

Por muito tempo a educação brasileira não foi pensada para todos os cidadãos. As pessoas de classe abastadas, mulheres, negras ou com deficiências, não poderiam ter participação social, por não possuírem as qualidades, habilidades masculinas e o poder financeiro. A escrita do trabalho iniciou através do contato com a Literatura da Nísia Floresta intitulado “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de 1889, que apresenta reivindicações e historização da educação no Brasil de negação a direitos para grupos excluídos pelo sistema Brasileiro para as mulheres. A escolarização dos surdos também perpassou por desafios e mudanças. O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre os processos de escolarização dos Surdos no Brasil e no mundo, que desencadeou atrasos no processo educacional do surdos por muito tempo. O processo de escolarização por algumas décadas foi pensado por ouvintes, baseado em concepções de caridade e imposições na escolarização de surdos. Essa educação perpassou por fases obscuras de silenciamentos do meio de comunicação e das culturas existentes entre os pares linguísticos - baseadas que a fala deve ser predominante - oralista, surge um movimento contra esse noção de educação e inicia a liberação de uso da língua de sinais para a comunicação mas com um clausura de também utilizar a língua majoritária local - iniciando a concepção da Comunicação Total e depois por lutas realizadas pela comunidade surda por respeito linguístico, cultural e social, surge a concepção do Bilinguismo, que está regente nos dias atuais. A educação de surdos tem um enorme discrepância no Brasil, em suma os responsáveis pela educação no Brasil não compreendem as especificidades didático-pedagógicas, linguísticas e culturais dos surdos, por pensar numa ótica ouvintista. Pela essa falta de investimentos, formações e estruturas bilíngues, corrobora para uma educação que não seja igualitária e de qualidade para pessoas surdas.

Palavras-chaves: Imposição; Escolarização dos Surdos; Silenciamento; Educação.

Introdução

Por muito tempo no Brasil preponderou o silenciamento das mulheres, no qual somente homens brancos e da elite tinham direitos fundamentais, como à educação e ao voto, garantidos. Em 1838, uma mulher chamada Nísia Floresta, nascida em Papari, no Rio Grande do Norte, fundou o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, para receber meninas e adolescentes, pautada numa metodologia além de ler, escrever, contar, coser e bordar, elas aprendiam gramática do idioma nacional, francês, italiano, ciências e noções de geografia. Assim se tornou umas das principais vozes na defesa da educação como meio fundamental para a emancipação das mulheres.

Toda essa revolução foi necessária contra o sistema porque as mulheres brasileiras, viviam trancafiadas em casa, negligenciadas ou eram escravizadas. O direito de escolher e da liberdade, não eram garantidos por considerarem um sexo fragil e incapazes, por ser do

¹ Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Surdez (GPeSS/CNPq). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

sexo feminino, sendo seus atributos so cuidar da casa. A Nísia Floresta, em seu colégio, ampliou o ensino para moças para além das atividades domésticas, indo contra essa construção social preservada pelo machismo dos homens brancos. Dando a oportunidade delas desenvolverem ativamente e socialmente, demonstrando que o sexo feminino não inferiorisa enquanto pessoas.

A educação de surdos ainda está em construção nacionalmente e internacionalmente. Por muito tempo o surdo foi visto socialmente como pessoa incapaz, que tem problemas cognitivos porque usam uma língua que não é igual à maioria do país. Essa ideia provocou impactos negativos e atrasos no processo de construção de políticas públicas para os surdos, na construção de direitos linguísticos e sociais. Com a instauração do capitalismo os países se desenvolveram numa ótica de disputa, quem tem mais, consegue, e quem é o mais forte, ganha, acarretando as desigualdades sociais entre as pessoas. As pessoas que não possuem os padrões idealizados, financeiramente e biologicamente, ficam às margens da sociedade, numa ideologia meritocrática de merecimento. Todas essas circunstâncias são demarcadas por questões étnicas, sociais e históricas, porque vivemos numa sociedade individualista constituída por uma estrutura social fortemente presente que são reproduzidas para não serem destruídas.

Com todas essas desigualdades sociais, inicia-se os movimentos sociais para lutar contra esse sistema desigual para a valorização de todos, principalmente as pessoas invisibilizadas socialmente. Mesmo com alguns ganhos de políticas públicas voltadas para as pessoas surdas, com deficiências, negras, indígenas e pessoas com condições sócio-econômicas baixas, a execução dessas políticas não são satisfatórias, temos que brigar pelos nossos direitos serem aplicados, porque querem tirar, o que houve muita luta para conquistar.

No Brasil temos a Lei nº 10.436/2002, que regulamenta a Libras como a língua da Comunidade Surda Brasileira, que descreve que a língua de sinais, possui características linguísticas iguais a qualquer língua conhecida, explicitando que os sistemas públicos e privados devem desenvolver meios de difusão da língua em e os espaços de formação de licenciaturas, educação especial, fonoaudiólogos, cursos de ensino médio e superior devem assegurar o ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, em seus currículos. Todo esse ganho foi construído por muita luta da comunidade surda, para a valorização de sua língua.

Em 2005 foi assinado o Decreto 5626/2005, que vem complementar os direitos dos surdos, surdocegos e deficientes auditivos, em diversos espaços sociais, desde o ambiente educacional ao acesso à saúde. Mesmo que essas leis e decretos valorizem a Libras, ainda estão presentes narrativas como: “Coitado, ele não terá filho, né?”, “Será que ele consegue trabalhar com pessoas que ouvem?”, “A aprendizagem da língua de sinais, atrasa o seu pensamento e aquisição da língua”, “ele não ouve e não pensa”, essas concepções construídas socialmente, criam noção de sujeitos incapazes e insuficientes de estudar, conseguir cargos públicos, administrar, ensinar e desenvolver socialmente. Vale ressaltar que essas narrativas estão presentes dentro dos espaços acadêmicos, que desvalorizam a língua e os aspectos culturais, nomeclatizando como pessoas incapazes porque a sua interação com o mundo está fora dos modelos que a sociedade impõe.

Este trabalho tem os seus desdobramentos através das situações descritas acima e das indagações do autor deste trabalho: Será que o processo de escolarização dos surdos no Brasil e no mundo, ocorreu de maneira igual aos ouvintes? Essa educação está pautada em quais propostas didáticas-pedagógicas? Onde está a língua de sinais utilizada pelos surdos na história? O presente trabalho será necessário ir no passado para compreendermos o presente e refletir como está sendo realizado a educação dos surdos brasileiros. Será abordado o processo de surgimento das escolas no Brasil; O processo de criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, perpassando pelas as noções didático-pedagógicas existentes na época - Oralismo, Comunicação total, Bilinguismo e até os dias atuais. A luta por uma educação para surdos é constante e o reconhecimento da língua de sinais que valorizam e compreendem os aspectos culturais da comunidade surda.

O surgimento das escolas

O processo de escolarização surgiu como parte da diferenciação das classes sociais, no qual essa instituição era inicialmente destinada apenas para a classe dominante. De acordo com Saviani (2005) “o processo de escolarização surge da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho”. As escolas foram criadas através das reuniões dos filósofos que tinham o domínio da leitura, escrita e da oratória. Sendo assim as classes mais abastadas sentiram a necessidade de dominar tais conhecimento e assim passaram a ter aulas com os filósofos - no qual

inaugurou o surgimento da instituição escolar, inicialmente destinada apenas à elite, conforme já mencionado (SAVIANI, 2005).

As escolas somente se consolidaram a partir de 1600 (SAVIANI, 2005). Antes desta data, só quem teria o acesso à educação dos filósofos eram os meninos, de famílias com poder financeiro, porque carregavam o legado e as heranças dos familiares. Diferentemente das famílias abastadas que frequentavam espaços religiosos para serem ensinados através da verdade - a bíblia. No Brasil, com a chegada dos jesuítas, que visavam a princípio catequizar os índios e ensinar a leitura e escrita para os filhos dos colonos, a educação era considerada desnecessária e durante muitos anos nem todos tinham acesso à ela. As pessoas com deficiências, eram vistas como dependentes e incapazes de executar qualquer função na sociedade, não sendo assim reconhecidas como pessoas produtivas. As mulheres durante o Brasil Colônia, eram consideradas pessoas que não deveriam estar em cargos públicos, aprenderem sobre a ciência porque não possuem a capacidade física e emocional para executar essas ações. A Nísia Floresta, neste período, reivindica que o ensino das escolas para as mulheres seja além do prepará-las para o casamento, a maternidade e o cuidado doméstico. Nesta época as escolas foram pensadas para os homens sendo formar pensadores e comandantes da política do estado. Essas desigualdades de acessos preponderaram até os dias atuais em nosso território brasileiro. Essa mulher rompeu com o lugar de subalternidade destinado às mulheres, sendo uma das primeiras mulheres no Brasil a publicar textos em jornais da grande imprensa, demonstrando que a mulher não é incapaz e merece ter os seus direitos igualzinho aos homens.

Em meados do século XX as políticas públicas dirigidas às pessoas com deficiências, foi instaurado o atendimento especializado e direcionado a por uma visão assistencialista e médica. No qual as pessoas precisavam ser medicalizadas e recuperadas pelos tratamentos médicos para viverem em sociedade, iguais aos demais. A diversidade presente entre as pessoas, não foi respeitada, causando atraso significativo na educação desses sujeitos. No ano de 1994, em Salamanca, foi realizada a Conferência Mundial sobre Educação Especial, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Nesta conferência foi assinado a Declaração de Salamanca, que afirma um pacto e diretrizes para os países assegurarem princípios, políticas e práticas em educação especial. Esse documento tem um

alto grau de importância porque reforça o direito à uma educação de qualidade e que considere as características e os interesses únicos de cada educando, evitando-se assim, discriminações e a exclusão escolar. Nesse sentido, propõe que as escolas se organizem e se capacitem para atender a todos

Os surdos são pessoas que interagem com o mundo utilizando a Língua Brasileira de Sinais - Libras e possuem artefatos culturais únicos produzidos pelos seus pares - ouvintes usuários da Libras, familiares e surdos sinalizantes, implantados ou oralizados. Sendo percebido socialmente como sujeito normal (CUNHA, 2007). Os surdos segundo Skliar (2005) são pessoas que vivenciam no mundo através das experiências visuais, não sendo indivíduos incapazes ou que não ouvem. O fator biológico de não ouvir, não impede de ir ao cinema, ao parque, namorar, fazer ensino superior, entre outros, podem viver socialmente normal mas o que impede neste processo são as barreiras linguísticas. A língua majoritária falada no Brasil é a Língua Portuguesa, mesmo que tenhamos a Lei de Libras, essa língua é reconhecida e não oficializada como segunda língua do país. A Libras por ser uma língua minoritária, os espaços ainda estão presentes fortemente a Língua Portuguesa e o inglês como língua globalizada. Os espaços escolares tem seus regimentos e propostas que desenvolvam as habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais, de qualquer aluno matriculado na escola. Mas não é bem assim, quando falamos sobre os surdos e pessoas com deficiências.

O sistema educacional ainda apresenta falhas ocasionando a evasão e exclusão dos surdos e das pessoas com deficiências. Os espaços recebem os alunos surdos e com deficiências mas os espaços não são acessíveis, não tem funcionários especializados, aos professores regentes não são ofertadas a formação continuada e os salários são baixíssimos. Esses espaços de inclusão se tornam exclusão das pessoas surdas e com deficiências, acarretando o abandono escolar. Vale mencionar que as pessoas sem deficiências estão presentes nesta exclusão escolar. As unidades escolares estão recebendo uma diversidade de alunos, que precisam ter acesso a educação, por motivos da desigualdade social, chegam nas escola sem uma alimentação de qualidade, sem uniforme, materiais escolares, não tem a participação familiar na escola, toda essa diversidade e questões sociais estão dentro de nossas escolas, que acarreta um baixíssimo rendimento escolar. Será que a nossa educação está sendo para todos?

O processo de escolarização dos surdos no Brasil e no mundo

A trajetória educacional para o ensino dos surdos em âmbito nacional e internacional se inicia com a fundação da primeira escola no mundo, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, na França, criada pelo professor ouvinte Abade Charles-Michel de L'Épée, no ano de 1755. Neste espaço, os surdos se comunicam utilizando a língua de sinais e alguns sinais metódicos criados pelo Abade (SACKS, 2010).

L'Épée trabalhava com surdos que vagavam por Paris, sem nenhuma possibilidade de acesso a uma educação, moradia ou assistência. Em 1855, no Brasil, conforme Strobel (2008, p.23) "Hernest Huet, professor surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil sob beneplácito do imperador D. Pedro II, com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas".

Segundo Rocha (2008, p.19) "em 1855, um professor surdo, E. Huet, oriundo do Instituto de Surdos de Paris, apresentou um relatório a D. Pedro II, cujo conteúdo revelava a intenção de fundar uma escola para surdos no Brasil". Neste relatório, E. Huet fez a proposta para que o governo ajudasse na criação do colégio de surdos, pois grande parte dos surdos era oriundo de famílias pobres, logo, não dispunham de condições de custear a educação de seus filhos.

O governo Imperial aceitou as propostas de Huet e deu início ao processo de fundação da primeira escola para surdos no Brasil, intitulado de "Instituto Imperial para Surdos-Mudos", no período de 1856 a 1857. Posteriormente, a instituição veio a passar por sérios problemas econômicos e, de acordo com Rocha (2008, p.32), "finalmente, em outubro de 1857, o estabelecimento foi transferido para uma casa maior localizada no morro do Livramento". Foi no instituto que surgiu a mistura da LSF (Língua de Sinais Francesa) com os sistemas já utilizados pelos surdos de várias localidades do Brasil que surgiu a Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de interações entre as pessoas.

Sobre a criação do Instituto Imperial para Surdos-Mudos, Rocha (2008, p.46) cita que "... o Instituto configurou se em uma instituição de referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de surdos". Desse modo, o Instituto Imperial para Surdos-Mudos, tornou - se uma instituição referência para a comunidade surda, sendo ainda considerado nos dias atuais, mas sendo chamado de Instituto de educação para Surdos -

INES. Segundo Rocha (2007, p. 29-30), a princípio, o Instituto teve como proposta oferecer um curso que:

Tinha duração de seis anos, com foco no ensino agrícola, em função das características socioeconômicas do Brasil. Para as meninas, eram as mesmas regras, além do compromisso de organizar uma sociedade beneficente composta por senhoras notáveis.

Em Paris ocorreu o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, no qual os surdos conquistaram o direito de assinar documentos (LACERDA, 1999). Por volta de 1880, no Congresso Internacional de Educação de Surdos em Milão, numa perspectiva de pensar na escolarização dos surdos, a partir de uma votação, decidiu-se excluir a utilização da língua de sinais e uma nova proposta foi votada, o oralismo, como método oficial de ensino. O oralismo consistia na aprendizagem baseadas por meio repetições dos movimentos dos lábios e expressão facial (SKLIAR, 2005).

Ainda na década de 1880, surgiram as próteses auditivas, por causa dos avanços tecnológicos, começaram a ser vendidos equipamentos reforçando ainda mais o enfoque e normalização dos sujeitos com “defeitos” auditivos. De acordo com Goldfeld (2002), essa concepção de educação enquadra-se no modelo clínico, destacando a importância da integração dos surdos na comunidade de ouvintes.

Por volta de 1883, Dr. Tobias questionava os métodos de ensino para os surdos e as disciplinas existentes nos Institutos e em outros países. Ele discordava de oferecer a disciplina de Linguagem Articulada nos Institutos para Surdos somente para os mais aptos. Por volta da metade do século XIX, houve várias questões sobre quem seria esse sujeito surdo para a sociedade e quais seriam a sua funcionalidade. Por tempos persistiu a ideia de caridade na educação de surdos, reverteu-se neste século para o processo de formação de cidadãos úteis. Na Alemanha, na Inglaterra e nos países escandinavos a questão era formar cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres. Na França e na Itália, ela estava mais ligada à política religiosa, o partido clerical buscava fiéis para se fortalecer. Enquanto nos Estados Unidos da América, a ideia era converter pessoas inúteis em trabalhadores.

Falar é algo fácil para as pessoas ouvintes que armazenam vocabulários em sua mente desde que nascem. Porém, quando se trata de uma pessoa surda, esses caminhos se tornam difíceis ou até mesmo impossíveis, pois o fato de não ouvirem impossibilita-os de assimilarem palavras em seus cérebros. Como o surdo não tem palavras em sua mente,

somente pode aprender por meio de sinais que assimilam o contato visual. A maioria da elite brasileira não compreendeu essas especificidades do surdo, e sempre foi determinada a fala, sem respeitar os seus aspectos biológicos.

Para o Dr. Tobias, que foi diretor do Instituto Imperial para Surdos-Mudos, acreditava que a educação dos surdos deveria ser limitada ao Ensino Primário, voltados basicamente na educação agrícola, pois a oficina de sapateiro já estava estabelecida e estava encaminhada a oficina de encadernação. Ainda em seus relatórios reafirmava que a educação das meninas deveria ser recebida em casa, porque a sua função está atrelada ao trabalho doméstico. Em meados de 1889, Dr Tobias enviou um ofício ao governo afirmando que os alunos que frequentavam as aulas de linguagem articuladas não haviam adquirido nenhuma instrução. Seria necessário que as classes de Linguagem Escrita retornassem e tivessem um melhor desempenho.

Em agosto de 1896, o Dr. Tobias morreu e o método da Linguagem Articulada retorna no Instituto sendo ministrada pelo professor Cândido Jucá, que também era professor de alemão no Colégio Pedro II, sendo nomeado o grande defensor da Linguagem Articulada. Essa noção era defendida para todos, fundamentada na percepção de que as pessoas surdas podem viver naturalmente em sociedade se a escola desenvolver todas as suas potencialidades, inclusive a de falar. Em outra, a defesa por uma profissão e alguma escrita para a comunicação básica refletia a ideia de meio-cidadão.

Em 1903, o Dr. João Brasil Silvano na direção do Instituto, assumindo durante quatro anos que em 1906, criou a revista do Instituto Surdos-Mudos e assinou alguns artigos em defesa da educação das meninas surdas. Em 1911, o Dr. João Brasil, morreu em Paris.

No Instituto a tendência era que ex-alunos atuem como professores. Por anos nessa instituição-escola as alunas surdas não poderiam ter acesso à escolarização, deveriam ser instruídas em casa, aprendendo atividades da rotina doméstica como cozinhas e bordar. Neste mesmo pensamento, a instituição criou como regra que as meninas que estavam matriculadas na instituição iriam permanecer até o primeira menstruação, quando então seriam enviadas de volta para a casa ou para um abrigo. Neste momento a professora D. Amélia Emília da Silva Santos, foi dispensada por não existir mais nenhuma aluna no Instituto. Simplesmente só quem deveria estudar seriam os meninos no qual possui uma bolsa promovida pelo governo ou os seus familiares que pagaram a mensalidade. Com uma

forte pressão pela organização feminista denominado Aliança Nacional das Mulheres, em 1932 foi criada uma seção feminina com oficinas de costuras e bordado, funcionando apenas em regime de internato.

Nos anos 30 a organização das salas de aulas era diferente no Instituto, no qual não havia carteiras individuais, mas uma mesa longa retangular com capacidade para oito alunos. O foco era o desenvolvimento da linguagem e o ensino não era organizado por disciplinas no período da gestão do Dr. Armando. O ensino era diferente e dividido em: linguagem escrita, Linguagem Oral (leitura labial) e Linguagem Oral/Auditiva, oferecida aos que tivessem resíduo, ministrada pelo professor Brasil Silvado Jr.

Os estudos chegavam ao fim quando o aluno dominava uma profissão, das muitas oferecidas pela Instituição como: encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria. Por volta de 1947, o Dr. Armando se queixa numa entrevista dada para a revista Mulher Magazine sobre as dificuldades encontradas no Instituto, da falta de espaço para o jardim de infância e a ausência de cursos de extensão para professores e também destacou desatenção com os ex-combatentes que voltassem da Segunda Guerra Mundial com problemas auditivos que necessitam de um curso de leitura labial para superar a dificuldade comunicativa adquiridas nos campos de batalha.

Por decreto imperial, Lei nº 3.198, de 6 de julho de 1957, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” passou a chamar-se “Instituto Nacional de Educação dos Surdos” – INES. Nesta época a Ana Rímola de Faria Daoria assumiu a direção do INES com a assessoria da professora Alpia Couto, proibiram a língua de sinais oficialmente nas salas de aula, mesmo com a proibição os alunos surdos continuaram usar a língua de sinais nos corredores e nos pátios da escola.

Todas essas decisões de como deveria ser a educação de surdos foram pensadas por ouvintes. A partir de 1960, pais, psicólogos e educadores começaram a questionar sobre a metodologia de instrução para as crianças surdas. Até a década de 80, os surdos eram submetidos a espaços exclusivos e a oralização se preponderava. Por esses questionamentos dos familiares e profissionais que trabalham com os surdos e avanços em pesquisas sobre a língua de sinais, surgiu a comunicação total, que é definido por Stewart (1993) como “ a prática de usar sinais, leitura orofacial, ampliação e alfabeto digital para fornecer subsídios para os surdos expressar-se nas modalidades preferidas”. Neste processo

de transitar pelas duas modalidades, visual e oral, o processo de pensamento e linguagem da língua será construída apoiada na língua oral e a língua de sinais não é usada em sua plenitude linguística, daí surge a crítica a esta modalidade de comunicação.

Segunda a autora Razuck (2011), após o fracasso dessa metodologia que não respeitava o surdo em seus processos cognitivos e morais, iniciasse uma perspectiva da educação bilíngue que defende a possibilidade de desenvolvimento cognitivo e linguístico quando os alunos surdos têm acesso por meio da língua de sinais. Neste momento é compreendido que o processo de aprendizagem dos surdos deve ser por meio da língua de sinais como língua materna.

Na concepção de Guarinello (2004, p. 45-4)

A proposta bilíngue surgiu baseada nas reivindicações dos próprios surdos pelo direito à sua língua e pelas pesquisas linguísticas sobre a língua de sinais. Ela é considerada uma abordagem educacional que se propõe a tornar acessível à criança surda duas línguas no contexto escolar. De fato, estudos tem apontado que essa proposta é a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como natural e se baseia no conhecimento dela para o ensino da língua majoritária, preferencialmente na modalidade escrita. (...) Na adoção do bilinguismo deve-se optar pela apresentação simultaneamente das duas línguas (língua de sinais e língua da comunidade majoritária).

Vários estudos e autores destacam e defendem a importância da pessoa surda ter acesso aos conteúdos escolares, assim como os demais conhecimentos por meio da Língua Portuguesa (escrita) e da Língua de Sinais. De acordo com Bernardino (2000, p. 29):

[...] a língua é considerada importante via de acesso para o desenvolvimento do surdo em todas as esferas do conhecimento, propiciando não apenas a comunicação do surdo com o ouvinte, mas também com o surdo, desempenhando também a função de suporte do pensamento e de estimulador do desenvolvimento cognitivo e social. O Bilinguismo considera que a língua oral não preenche todas essas funções, sendo imprescindível o aprendizado de uma língua visual-sinalizada desde tenra idade, possibilitando ao surdo o preenchimento das funções linguísticas que a língua oral não preenche. Assim, as línguas de sinais são tanto o objetivo quanto o facilitador do aprendizado em geral, assim como do aprendizado da língua oral.

É importante ainda mencionar que a educação de surdos deve ser Bilíngue desde a educação infantil. O ensino-aprendizagem das crianças surdas deve ocorrer por meio da Libras como primeira Língua (L1) e da Língua Portuguesa, como segunda Língua 2 (L2). Estudos revelam que a aquisição tardia de uma língua de sinais impacta negativamente o sistema flexional e a complexidade linguística. Sujeitos surdos que aprendem tardiamente a língua de sinais parecem perceber os sinais mais holisticamente,

em comparação com a forma de percepção analítica de sinalizadores nativos. A época de início da aquisição da linguagem também tem um impacto no processamento de sentenças, inclusive na habilidade de analisar estruturas sintáticas. Por esse motivo, o vocabulário em sinais será limitado e isso irá influenciar negativamente o aprendizado de outras línguas (URBANN et al., 2020)

Discutir sobre a surdez está muito além de falar sobre uma patologia, visto que a surdez é uma questão de identidade, cultura, forma de se expressar no universo e movimentos em prol de conquista de direitos humanos. O sujeito surdo não deve ser alvo de um olhar assistencialista, mas sim ser visto como sujeito de direitos. Portanto, ao fazer uso da língua de sinais o indivíduo terá “um elemento mediador entre o meio social em que vive. Por meio da língua os surdos demonstram suas capacidades de interpretação do mundo desenvolvendo estruturas mentais em níveis mais elaborados” (SKLIAR, 2006, p.72). A partir da metodologia Bilíngue o surdo deixa de tentar seguir o modelo do ouvinte e passa a desenvolver sua identidade e sua cultura no contato com seus pares e com os professores bilíngues.

A linguagem só se desenvolve por meio da interação com outra pessoa que tenha domínio da fala. É uma habilidade passada de geração a geração, ensinando e aprendendo. (SACKS, 1989). Neste sentido, o surdo precisa ser inserido em um ambiente favorável para a aquisição das duas línguas, o aspecto sociais, culturais e linguísticos será desenvolvido. Hoje ainda a educação bilíngue de surdos tendo uma execução satisfatória, precisamos de investimentos e formação continuada para profissionais comprometidos com a educação bilíngue para surdos, não educação bilíngue numa perspectiva de normalização.

Considerações Finais

As reivindicações de Nísia Floresta, por uma educação igualitária e aos espaços sociais, entrelaçam com a história da educação para surdos. Por décadas as pessoas surdas foram silenciadas por utilizar uma língua diferente da maioria. Assim como as mulheres deveriam estar em conventos ou dormir o dia inteiro sem o que fazer, por que foram proibidas.

O surdo tem as suas particularidades, possuem uma língua própria e podem fazer tudo, só basta ser oferecida a oportunidade de acesso. Cada metodologia analisada representou no seu momento histórico alguma vantagem ou desvantagem na educação dos

alunos surdos. A aprendizagem da escrita pelas pessoas surdas nos dias atuais ainda se confronta com muitas limitações, o processo metodológico para os surdos ainda é pensando uma perspectiva monolíngue e numa modalidade oral-articulatória.

A educação das mulheres no Brasil no século XIX, estava organizada ao redor da dicotomia europeia entre a instrução e a educação. Aos homens se instruía para desenvolver o intelecto. Às mulheres se educava, para formar o caráter. Não se considerava o desenvolvimento intelectual das meninas como benefício em si mesmo nem como meio de realização da personalidade individual. O propósito principal da educação da mulher brasileira era conservar a pureza, em sua conotação sexual, e assegurar um comportamento correto perante a sociedade.

O processo didático-pedagógico na educação de surdos deve proporcionar uma aprendizagem significativa, que proporcione o uso da língua, ocasionando interações com usuários surdos e bilíngues. Mesmo que neste trabalho tenha se separado o processo de escolarização dos surdos por datas, essas concepções ainda estão presentes em escolas, currículos e ideologias das pessoas, gestores, professores e formadores. É preciso que as unidades de saúde tenham profissionais qualificados e compreendam a importância do direcionamento da família para uma melhor orientação do que fazer com a criança. Os espaços escolares tenham profissionais capacitados que compreendam a importância didática-pedagógica especializada para os surdos, proporcionando espaços de interações culturais e sociais. Desta forma, destaco a importância do protagonismo dos surdos nos espaços para pensar ações para a comunidade surdos, que esse momento seja ações que permeiam a escolarização, financeirização, da acessibilidade, acessos igualitários e principalmente a valorização da Libras.

Referências Bibliográficas

BERNARDINO, Elidea Lucia. **Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo**. Belo Horizonte: Editora Profetizando vida, 2000.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, **regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

CUNHA, P. M. A. **O cotidiano do atendimento especial numa escola bilíngue : as relações de saber-poder e os discursos sobre a escolarização de deficientes múltiplos.** (Dissertação: Mestrado). UFSC, 2007.

FLORESTA, Nísia. **“Direitos das mulheres e injustiça dos homens”.** Introdução e notas de Constância Lima Duarte. São Paulo: ed. Cortez, 1989.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** Brasília: Editora do Senado Federal, 2019.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista.** 7. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.

GUARINELLO, A C. **O papel do outro no processo de construção da produção da escrita de sujeitos surdos.** 2004. 208f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004

LACERDA, C. B. F. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos.** Caderno CEDES v. 19, n. 46. Campinas: 1999.

RAZUCK, Renata Cardoso de Sá Ribeiro. **A Pessoa Surda e suas possibilidades no processo de aprendizagem e escolarização.** 2011. 266 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Brasília. UNB. Orientadora: Maria Carmen V. Rosa Tacca.

ROCHA, Solange. **O INES e a Educação de surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em Seu percurso de 150 anos.** Rio de Janeiro: Ines, 2008.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: Uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações.** 9 ed., Campinas, Autores Associados, 2005

STEWART, D. A. **"Pesquisa sobre o uso de língua de sinais na educação de crianças surdas",** In: MOURA, M.C. et alii; **Língua de sinais e educação do surdo.** São Paulo: Tec Art, 1993.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

SKLIAR, Carlos (org.). **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

_____. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

URBANN, K.; KAUL, T.; KLINNER, L.; OVIEDO, A. & GRIEBEL, R. **L1 sign language teacher preparation, qualifications, and development**. In: Russell S. Rosen (ed.) **The Routledge Handbook of Sign Language Pedagogy**. London and New York: Routledge - Taylor & Francis Group, 2020, pp. 33-45.